



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

76

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0320751-4

AGRAVANTE: Luzinete Moura da Silva

AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROFESSORA ESTADUAL APOSENTADA. EXTINÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO POR INCORPORAÇÃO DO SEU VALOR NOMINAL AO VENCIMENTO-BASE. LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2010. AUSÊNCIA DE DECESSO REMUNERATÓRIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL GLOBAL DA REMUNERAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. AGRAVO PROVIDO. 1. Como visto, busca a autora, ora agravante, professora estadual aposentada, em sede liminar, o restabelecimento da *Gratificação pelo Exercício do Magistério*, incorporada ao seu patrimônio jurídico-financeiro por ocasião da sua aposentação, em 19 de agosto de 1997. 2. Todavia, em análise perfunctória (não exauriente, portanto), não se vislumbra a plausibilidade do pedido autoral. 3. Isso porque a Lei Complementar nº 154/2010 previu, em seu art. 1º, § 1º, alínea “a”, a extinção da *Gratificação pelo Exercício do Magistério* por incorporação do seu respectivo valor nominal ao vencimento-base dos professores. 4. Restou estabelecido, ainda, no § 2º, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderiam resultar em decurso remuneratório, e bem assim que as eventuais diferenças detectadas a partir da nova sistemática deveriam constituir *parcela de irredutibilidade de vencimentos*. 5. Compulsando os autos, observa-se das fichas financeiras acostadas pela própria autora às fls. 38/39, que, a partir da vigência da LC nº 154/2010 (a partir de 1º de junho de 2010), a sua remuneração sofreu uma majoração, ainda que discreta, preservando-se a garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pela servidora. 6. Com efeito, consoante a mais abalizada doutrina e a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens. 7. Ademais, é consabido que os critérios legais com base em que o referido *quantum* foi estabelecido podem sofrer modificações, pelo que é firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos. 8. Agravo de instrumento improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0320751-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0320751-4

AGRAVANTE: Luzinete Moura da Silva

AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto por Luzinete Moura da Silva contra a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, em face de decisão do Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru, proferida nos autos do Processo NPU 0013085-69.2013.8.17.0480, que indeferiu a antecipação de tutela pleiteada pela autora/agravante.

No feito ordinário, aduziu a autora, ora agravante, professora estadual aposentada, que sofreu uma redução em seus proventos com a supressão da *Gratificação de Exercício do Magistério*, vantagem esta que fazia parte da sua remuneração habitual desde o ano de 1991, tendo sido incorporada ao seu patrimônio jurídico-financeiro por ocasião da sua aposentadoria (fl. 33).

Averbou que a modificação promovida pela LC nº 154/2010 não resultou concretamente na incorporação da vantagem ao seu vencimento-base, promovendo decesso remuneratório e violando a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV da CF).

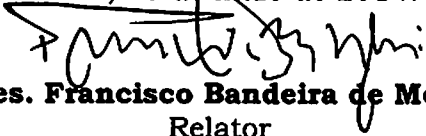
Requeru, em sede liminar, o restabelecimento do pagamento dos seus proventos com o valor da gratificação em lume, prevista no art. 3º da Lei nº 10.565/91, invocando, ainda, a garantia do direito adquirido.

Nas contra-razões ao recurso (fls. 53/62), a FUNAPE averbou a ausência de verossimilhança das alegações, o perigo da irreversibilidade do provimento antecipatório (*periculum in mora* inverso) e a inexistência de decesso vencimental no caso concreto, bem como a possibilidade de a Administração modificar o regime jurídico remuneratório dos servidores públicos.

A douta Procuradoria de Justiça com assento neste Tribunal opinou pelo improvimento do recurso às fls. 68/69.

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 08 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

77

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0320751-4

AGRAVANTE: Luzinete Moura da Silva

AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, busca a autora, ora agravante, professora estadual aposentada, em sede liminar, o restabelecimento da *Gratificação pelo Exercício do Magistério*, incorporada ao seu patrimônio jurídico-financeiro por ocasião da sua aposentação, em 19 de agosto de 1997 (fls. 33).

Todavia, em análise perfunctória (não exauriente, portanto), não vislumbro a plausibilidade do pedido autoral.

Isso porque a Lei Complementar nº 154/2010 previu, em seu art. 1º, § 1º, alínea “a”, a extinção da *Gratificação pelo Exercício do Magistério* por incorporação do seu respectivo valor nominal ao vencimento-base dos professores.

Restou estabelecido, ainda, no § 2º, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderiam resultar em decurso remuneratório, e bem assim que as eventuais diferenças detectadas a partir da nova sistemática deveriam constituir *parcela de irredutibilidade de vencimentos*.

Compulsando os autos, observa-se das fichas financeiras acostadas pela própria autora às fls. 38/39, que, a partir da vigência da LC nº 154/2010 (a partir de 1º de junho de 2010), a sua remuneração sofreu uma majoração, ainda que pequena, preservando-se a garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pela servidora.

Com efeito, consoante a mais abalizada doutrina e a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a **irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público**, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens.

Ademais, é consabido que os critérios legais com base em que o referido *quantum* foi estabelecido podem sofrer modificações, pelo que é firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes arestos do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

78.

remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.” (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

Nesse contexto, é de rigor a manutenção da decisão agravada.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento**, em ordem a manter a decisão interlocutória de primeiro grau que indeferiu a antecipação de tutela perseguida.

Ê o voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator